

Sexo, temperamento e masculinidades: o que Margaret Mead tem a dizer à crise contemporânea do masculino

Fernanda Pereira de Lima¹
Anna Carolina Horstmann Amorim²

Resumo:

O artigo "Sexo, temperamento e masculinidades: o que Margaret Mead tem a dizer à crise contemporânea do masculino" analisa a chamada "crise" da masculinidade como uma reação conservadora contemporânea às mudanças sociais. O texto foca no movimento Red Pill, impulsionado no Brasil pela ascensão da extrema direita, que dissemina discursos misóginos e busca restaurar uma "masculinidade tradicional" baseada na ideia de que os papéis masculinos são naturais ou instintivos. O objetivo central é demonstrar como os estudos antropológicos de Margaret Mead, especialmente sua obra *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas*, contribuem para desconstruir essa visão. A pesquisa de Mead com os povos Arapesh, Mundugumor e Tchambuli revelou que os comportamentos associados ao "masculino" e ao "feminino" são construções culturais, e não determinados pela biologia. Seus achados mostraram que os papéis de gênero variam profundamente, desde sociedades onde ambos os sexos são pacíficos (Arapesh) até onde os papéis ocidentais são invertidos (Tchambuli). As constatações de Mead servem como ferramenta para combater discursos conservadores, desmontando a ideia de uma masculinidade hegemônica universal. O artigo situa Mead na escola de "Cultura e Personalidade" e discute o conceito de "masculinidade hegemônica" (Connell) como um processo histórico que exige esforço constante para se manter. O texto conclui que o atual questionamento da masculinidade não é uma crise negativa, mas uma "oportunidade de transformação", oferecendo uma "possibilidade de libertação" tanto para mulheres quanto para os próprios homens.

Palavras-chave: Margareth Mead; Red Pill; Masculinidades; Gênero; Relativismo Cultural

Introdução

Não é de hoje que a masculinidade, tal qual a conhecemos, está em "crise". Em 1970, os Movimentos de Libertação das Mulheres, dos Gays e dos Homens, já alertavam para os problemas da masculinidade hegemônica. Surgem nesta época, as críticas em

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) - fernandapl344@gmail.com

2 Docente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) - anna.amorim@uems.br

relação ao conceito de “papel masculino”, que se baseava em atitudes e expectativas que definiam a masculinidade apropriada. Segundo estudiosos, esse conceito não permitia enxergar o interior da masculinidade e assim, reconhecer as múltiplas masculinidades existentes. Naquele momento, crescia um sentimento de mudança, pois acreditavam que anos de patriarcado e opressão estavam chegando ao fim. No entanto, o que se observa é que pouco se avançou na transformação das relações de gênero.

No Brasil, desde a ascensão da extrema direita ao poder em 2018, temos observado um esforço por parte de alguns homens (brancos heterossexuais), principalmente na internet, na manutenção de uma “masculinidade tradicional”. No entanto, a construção dessa nova “masculinidade tradicional” é uma clara reação dos conservadores as mudanças sociais. O movimento Red Pill, é um desses movimentos que busca construir uma nova masculinidade, disseminando conteúdos que prometem uma reconfiguração dos “papeis masculinos”, visando a dominação dos homens sobre as mulheres.

O movimento Red Pill, se inspira na metáfora do filme *Matrix* (1999), onde “tomar a pílula vermelha” simboliza um despertar para uma suposta verdade sobre a opressão dos homens pelas mulheres, em especial, as feministas. No entanto, a metáfora é frequentemente usada para amplificar discursos misóginos e fortalecer dinâmicas culturais de opressão de homens sob mulheres e de outros homens que não se enquadram no padrão de masculinidade hegemônica.

Sabe-se que, a dominação dos homens e a subordinação das mulheres fazem parte de um processo histórico, e não de um sistema que se autorreproduz. Pelo contrário, é necessário muito esforço e policiamento de todos os homens para a manutenção desse sistema de exclusão ou descrédito das mulheres. Portanto, um enorme esforço deve ser realizado para que a hegemonia masculina se mantenha ao longo da história.

Neste sentido, podemos afirmar que as descobertas antropológicas de Margaret Mead, publicadas no livro *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas*, demonstrou por meio do trabalho de campo entre os povos Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, que os comportamentos associados ao “masculino” e ao “feminino”, variam profundamente de acordo com a cultura, e não com base na natureza biológica do homem. Portanto, fica evidente que Mead foi pioneira nos estudos de gênero, e influenciou os

movimentos feministas, ao trazer à tona que os papéis sexuais são construções sociais às quais a geração masculinas ou femininas é treinada a conformar-se.

Embora formulada em 1935, as contestações de Mead permanecem centrais nos debates contemporâneos no que se refere à chamada “crise do masculino”. Atualmente, o movimento Red Pill, por meio de masculinistas, têm promovido discursos com intuito de combater uma suposta fragilização da masculinidade ou a "perda de identidade do homem". Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar como as reflexões de Mead sobre temperamento e gênero contribuem para a compreensão dos debates contemporâneos sobre a masculinidade.

Neste sentido, Mead contribuiu ao mostrar que os papéis de gênero não são universais, desmontando a ideia de uma masculinidade hegemônica (tradicional), onde o homem “de verdade” é aquele que ocupa, de forma natural, o lugar de dominação ou autoridade. Suas constatações podem ser usadas como ferramentas no combate a discursos conservadores que buscam restaurar padrões rígidos de masculinidade sob o argumento de que eles seriam "naturais" ou "instintivos". Mead deixa evidente que os papéis atribuídos aos sexos não são dados por “instintos”, mas sim moldados por normas e valores que se reproduzem (ou se transformam) no interior de cada cultura.

Com Mead, apreendemos que outras formas de ser homem são possíveis (e já existem), portanto, outras formas de masculinidades baseadas em valores como empatia, afeto, cooperação e vulnerabilidade, podem ser usadas como propostas contra-hegemônicas ressignificando o papel dos homens. Longe de representar uma “crise” em sentido negativo, o questionamento da masculinidade tradicional pode ser visto como uma oportunidade de transformação. Nesse sentido, Mead oferece uma contribuição atual e urgente para os estudos de gênero e para o debate público: a ideia de que mudar o que significa “ser homem” não é um risco à civilização, mas uma possibilidade de libertação, não apenas para as mulheres, mas também para os próprios homens, presos a expectativas que lhes foram impostas e que muitas vezes os oprimem.

Do Evolucionismo Cultural ao Relativismo cultural ou Culturalismo Americano: breves considerações

Analisar a formação da Antropologia clássica implica reconhecer um campo de debates e tensões intelectuais. A cada passo um autor e, a cada autor, um sentimento de avanços e retrocessos concomitantemente. No entanto, esses avanços e retrocessos se justificam, pois, a antropologia é feita por humanos, portanto, passível de erros e acertos de qualquer natureza. Iniciamos nosso percurso por três autores que são considerados os “pais fundadores” da antropologia: o americano Lewis Henry Morgan (1818-1881), o inglês Edward Burnett Tylor (1832-1917) e o britânico James George Frazer (1854-1941). Segundo Castro (2005, p. 4), “a vida e obra dos três autores aqui reunidos possuem, no entanto, cada um a seu modo, elementos que os credenciam a integrar o panteão dos ‘fundadores’ da antropologia”.

A Antropologia, em sua gênese, foi profundamente influenciada pela publicação da obra “*A Origem das Espécies*”, de Charles R. Darwin, em novembro de 1859. No finalzinho do século XIX, os antropólogos Morgan, Tylor e Frazer, formaram o pensamento evolucionista, baseados na teoria da evolução das espécies de Darwin. O evolucionismo cultural teve seu período de hegemonia entre os anos de 1871 à 1908. Para os evolucionistas, as sociedades e os homens passariam, necessariamente, de maneira linear e gradativa, por etapas e estágios de desenvolvimento: da “selvageria” à “barbárie”, até chegar à “civilização”, estágio máximo que, na visão deles, era representado pela sociedade europeia industrial na época (Samain, 2004, p. 21-22).

Neste mesmo período, surgem as primeiras críticas ao pensamento evolucionista, por meio da “Escola Difusionista”. O pensamento difusionista foi defendido, principalmente, por antropólogos dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Esses autores defendiam que a ocorrência de elementos culturais semelhantes, em diferentes regiões geográficas, era resultado de uma difusão cultural e não de uma evolução natural e independente. Os difusionistas acreditavam que os elementos culturais se difundiam de uma região para outra, por meio de migrações, guerras, viagens, trocas comerciais ou outras formas de interação.

Em 1886, o antropólogo Franz Uri Boas, nascido em 1858, na cidade prussiana de Mindem (Vestfália), muda-se para os Estados Unidos. Franz Boas destaca-se ao criticar o evolucionismo cultural, em especial, o método comparativo. Como mencionado acima, os evolucionistas reduziram as diferenças culturais a estágios históricos de um mesmo caminho evolutivo ao buscar as leis gerais (Castro 2005, p. 13). Para Boas, não existia uma história única, pois cada povo possuía sua própria história e “a precondição para o estabelecimento de grandes generalizações teóricas e a busca de leis gerais seria, portanto, o estudo de culturas tomadas individualmente e de regiões culturais delimitadas” (Castro, 2005, p. 16). Boas acreditava que para compreender uma cultura em sua totalidade, era preciso comparar um território bem definido, considerando seu contexto histórico.

O novo “método histórico”, por ele defendido em oposição ao comparativo, exigia que se limitasse a comparação a um território restrito e bem definido. A precondição para o estabelecimento de grandes generalizações teóricas e a busca de leis gerais seria, portanto, o estudo de culturas tomadas individualmente e de regiões culturais delimitadas (Castro, 2005, p. 16)

Ao criticar o evolucionismo, Boas “[...] reclamava, chamando a atenção para o particularismo histórico das culturas e sociedades e, conseqüentemente, apelando para o relativismo cultural” (Samain, 2004, p. 22). O relativismo cultural é a perspectiva antropológica onde cada cultura deve ser entendida e analisada dentro de seus próprios termos, crenças e valores, sem recorrer a comparações de padrões externos. O objetivo de Boas era compreender as culturas considerando suas especificidades ou particulares. Segundo Castro (2005, p. 18), “nessa crítica, vai-se definindo a importância que ele atribuía ao conceito de *cultura* como elemento explicativo da diversidade humana”.

Cabe destacar que, ao defender a multiplicidade de culturas humanas, Boas se posiciona contra o etnocentrismo e o racismo. Não rompe totalmente com o evolucionismo, mas avança ao criticar profundamente a existência de uma cultura única ou uma raça inferior. Ele acredita em diferentes formas de perceber e habitar o mundo e, a partir dessas ideias, nasce o conceito de cultura como elemento constitutivo da diversidade humana, pois ao contrário dos autores evolucionistas, que usavam as palavras cultura e sociedade humana no singular, Boas passou a usar no plural (Castro, 2005, p.18).

Escola de Cultura e Personalidade e a obra de Margaret Mead

A Escola de Cultura e Personalidade, surge na década de 1930 entre a primeira e a segunda guerra mundial, desempenhando um papel muito importante para a antropologia cultural nos Estados Unidos. No início do século XX, os orientandos(as) de Franz Boas, Ruth Benedict, Margaret Mead e Edward Sapir, formam uma das mais importantes tradições da história da antropologia, no que se refere ao relativismo cultural. Outro ponto a ser destacado são as teorias de Sigmund Freud e Carl Jung, que aproximaram de forma decisiva a antropologia cultural da psicologia, em particular o campo da psicanálise.

Sigmund Freud defendia que, a depender de determinadas situações e experiências, existia na criança um período de “fixação”, que influenciavam sua personalidade na vida adulta (Samain, p.22). Carl Jung foi discípulo de Freud, mas rompe com ele para defender suas próprias teorias. Para Jung, a mente humana possuía dois níveis: o consciente e o inconsciente, porém, o inconsciente possuía duas dimensões: o inconsciente pessoal e o coletivo. O inconsciente coletivo vinha do passado da humanidade, fazendo com que seres humanos compartilhassem padrões universais de pensamento e comportamento, advindos de sua ancestralidade. Portanto, o que somos hoje é resultado de um longo processo histórico. Já o inconsciente pessoal, vinha de experiências individuais ou de informações aprendidas de forma subliminar. Sendo estas, coisas que aprendemos sem perceber ao longo da vida de forma implícita.

O particularismo histórico de Boas e as ideias defendidas por Freud e Jung, impactaram significativamente as pesquisas realizadas pela antropologia, formando assim a Escola de Cultura e Personalidade. Portanto, “se “cultura” se reportava a conjuntos de indivíduos que adotam visões de mundo que seguiam estilos de vida específicos, “personalidade” referia-se a diferenças entre indivíduos em relação a padrões de comportamento, cognição e emoção” (Castro, 2015, p. 8).

Como mencionado, Margaret Mead foi orientanda de Boas, mas não podemos falar de Mead, sem antes mencionar as contribuições de sua amiga Ruth Benedict para as pesquisas sobre os papéis sexuais e padrões de cultura. Benedict, queria descobrir o que era natural (biológico) e o que era cultural em uma sociedade. Em sua obra “Padrões de

Cultura”, Benedict defendia que a cultura moldava os comportamentos, formando diversas configurações de cultura. A cultura seria como os óculos ou a lente pela qual os indivíduos percebem o mundo.

Segundo ela, uma mesma cerimônia poderia ser comemorada de forma diferente, a depender da cultura na qual aquela sociedade estava inserida. Ao estudar três sociedades diferentes; os zuñis dos pueblos do sudeste dos Estados Unidos, os Kwakiutl do oeste do Canadá e os dobianos da Melanésia, ela relaciona essas diferenças aos conceitos apolíneos (Deus Apolo) e dionisíacos (Deus Dionísio), que representam duas forças opostas e complementares na natureza humana e conclui que a cultura se manifesta de forma diferente em cada sociedade, moldando a vida e a personalidade desses indivíduos.

Amiga de Ruth Benedict e discípula de Boas, Margaret Mead (1901 – 1978), estava sempre atenta às novas discussões que estavam acontecendo entorno da antropologia, mesmo quando estava em campo. Filha de um pai economista e uma mãe socióloga, nasceu na Pensilvânia nos Estados Unidos, formou-se em psicologia e fez doutorado em Antropologia na Universidade de Columbia, em 1923. Diferente de Benedict que estudava cultura e personalidade em sua própria sociedade, Mead queria estudar outras sociedades. Compartilhando das mesmas inquietações de Boas, passou a estudar e registrar outras culturas antes que estas desaparecessem ou sofressem influências ocidentais.

Considerada uma mulher à frente de seu tempo, antes mesmo de Simone de Beauvoir, Mead já disseminava a ideia de que papéis sexuais não era herdados naturalmente como se acreditavam, mas moldados pela cultura. Adepta do amor livre, casou-se por três vezes. Primeiro, com o arqueólogo Luther Cressman, depois tendo como parceiros de vida e pesquisa os antropólogos Reo Fortune e Gregory Bateson, com quem teve sua única filha, a também antropóloga Catherine Bateson. Morreu aos 76 anos ao lado de sua companheira e antropóloga Rhoda Métraux.

Em 1928, Mead publica o resultado de suas pesquisas em Samoa, “*Coming of age in Samoa*” [*Chegando à Maioridade em Samoa*], gerando polêmica na sociedade americana, na época. A obra logo tornou-se um de seus trabalhos mais conhecidos. A pesquisa foi realizada, entre 1925 e 1926, com adolescentes do sexo feminino na Ilha de Tau, no oceano Pacífico Sul, na Polinésia. O objetivo era compreender como os indivíduos passavam da infância para a adolescência em Samoa.

Na cultura ocidental, esse período era considerado conturbado, com muitas crises e sofrimento para os adolescentes. No entanto, como resultado desta primeira etnografia, Mead conclui que a adolescência em Samoa era uma fase tranquila. Fato que ela atribui a uma criação livre: sem tabus, sem repressões sexuais ou punições severas. Portanto, eram os fatores culturais e não os biológicos os responsáveis por causar estresse emocional e psicológico em adolescentes nos Estados Unidos.

Disciplinada a aprofundar os estudos que iniciou em Samoa, Mead segue para a Papua-Nova Guiné, em 1931. Queria compreender o papel da sexualidade e, como as diversas culturas marcam o comportamento de homens e mulheres em sociedade. Para isso, Mead estuda a fundo três comunidades: os Arapeh, os Mundugumor e os Tchambuli. Como resultado dessa expedição, Mead publica em 1935: *“Sex and temperament in three primitive societies”* [*Sexo e Temperamento em três sociedades primitivas*].

Ao conviver com as três sociedades, fica evidente para Mead que cada sociedade possuía padrões culturais diversos. E os comportamentos entre os sexos eram, na verdade, aprendidos e não herdados biologicamente, como se acreditava no ocidente. Os Arapesh se revelavam uma sociedade cooperativa e não-agressivos, onde homens e mulheres eram igualmente dedicados aos cuidados alheios. Era uma cultura em que homens e mulheres faziam coisas diferentes pelas mesmas razões, cuidar das gerações futuras (Mead, 2000, p. 41).

A vida Arapesh está organizada em torno desta trama central: como homens e mulheres, fisiologicamente diferentes e dotados de potencialidades diversas, unem-se numa façanha comum, que é primordialmente maternal, nutritiva e orientada para fora do eu, em direção às necessidades da geração seguinte (Mead, 2000, p. 41).

Da mesma forma que os Arapesh, entre os Mundugumor não havia a diferença de comportamentos entre os sexos. No entanto, ao contrário da personalidade pacífica dos Arapesh, os Mundugumor eram igualmente violentos e agressivos, ou seja, “[...] o ideal Mundugumor é o homem violento e agressivo, casado com uma mulher também violenta e agressiva” (Mead, 2000, p. 268).

Porém, entre os Tchambulis, havia uma total inversão de comportamentos esperados entre os sexos, em comparação com o ocidente, “[...] sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente” (Mead, 2000, p. 268). Portanto, Mead ao revelar ao mundo as diferenças culturais entre essas três sociedades, traz para o debate público que os estereótipos femininos e masculinos são, na verdade, condicionados socialmente.

Nem de leve eu suspeitava que os temperamentos que reputamos naturais a um sexo pudessem, ao invés, ser meras variações do temperamento humano a que membros de um ou ambos os sexos pudessem, com maior ou menor sucesso no caso de indivíduos diferentes, ser aproximados através da educação (Mead, 2000, p. 27).

Masculinidade em crise: breve panorama contemporâneo

Os Movimentos de Libertação das Mulheres, dos Gays e dos Homens, que surgiram em 1970, desde então, alimentam um sentimento de mudança nas relações de gênero. As teorias feministas formaram as bases para os debates sobre o papel dos homens na transformação do patriarcado (Connell, 2013, p. 243). Naquele momento, se acreditava que anos de patriarcado e opressão estavam finalmente chegando ao fim, pois “existiam agora condições tecnológicas para a igualdade dos sexos e a mudança de consciência tinha chegado.” (Connell, 1995, p. 187). Portanto, um novo mundo pós-patriarcal estava a caminho.

Neste novo mundo, a masculinidade tal qual a conhecemos seria extinta ou substituída por algum tipo de homens mais sensíveis e andróginos. Neste período, “a maior parte dos críticos acreditava que a masculinidade estava em crise e que a própria crise estimularia a mudança.” (Connell, 1995, p. 187). Porém, o que se observa é que pouco se avançou na reconfiguração da masculinidade.

O que se avança, junto a esses movimentos, foi um processo crítico em relação ao conceito de “papel masculino”, que se baseava num conjunto de atitudes e expectativas que definiam a masculinidade apropriada. Para Connell (1995, p. 188), “trata-se de um conceito que não nos permite ver as complexidades no interior da masculinidade e as múltiplas

formas de masculinidades”. Portanto, faz-se necessário reconhecer esse fato, para que outras masculinidades existentes possam vir à tona.

As críticas em torno do “papel masculino”, também serviram para fortalecer o conceito de gênero tal como o conhecemos hoje. Sabe-se que, o conceito de gênero remonta à década de 1950, quando o psicólogo John Money introduz pela primeira vez o termo no campo conceitual científico. Para os autores Lattanzio e Ribeiro (2018, p. 411), “tal conceito veio dar credibilidade à ideia de que não existe uma relação natural entre o sexo anatômico de uma pessoa e sua identidade sexual ou, como veio a ser chamada, sua identidade de gênero”. Desde então, o conceito de gênero vem contribuindo para os estudos feministas e, posteriormente, foi incorporado nas lutas feministas pelos direitos das mulheres, dos gays e transexuais.

Na década de 80, após inúmeros estudos em relação as questões dos homens, surge o conceito de “masculinidade hegemônica”, entendida como um padrão de práticas que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse (Connell, 2013, p. 245). A masculinidade hegemônica foi contestada à medida que experiências de violência e preconceito de homens heterossexuais em relação a homens homossexuais, trouxeram à tona a hierarquia das masculinidades, criando as masculinidades subordinadas. No entanto, a masculinidade hegemônica torna-se normativa quando incorpora a forma mais honrada de ser um homem e exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela. Legitimando ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (Connell, 2013, p. 245).

Para Connell (2013, p. 260), “a dominação dos homens e a subordinação das mulheres constituem um processo histórico, não um sistema autorreprodutor.”, ou seja, a “dominação masculina” não se autorreproduz. Ao contrário, “para se sustentar um dado padrão de hegemonia é necessário o policiamento de todos os homens, assim como a exclusão ou descrédito das mulheres” (Connell, 2013, p. 260). Portanto, um enorme esforço deve ser realizado para que essa hegemonia masculina se mantenha ao longo da história.

Segundo Connell (1995, p. 190), “[...] toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens”, onde rapazes são pressionados a agir de certa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres, das garotas e da

feminilidade, por ser oposto ao deles (Connell, 1995, p. 190). Mas não podemos ver o gênero apenas como um molde social cuja marca é estampada na criança.

Neste sentido, não podemos ignorar as personalidades masculinas, pois “isso subestima de forma lamentável a energia, a atividade e a dimensão ativa de uma pessoa em crescimento.” (Connell, 1995, p. 190). Portanto, a construção da masculinidade pode ser compreendida como um projeto composto por encontros complexos entre instituições (escolas e mercado de trabalho) e forças culturais (família, religião, comunicação em massa e o feminismo). Para Connell (1995, p. 190), “Esses encontros têm uma estrutura dialética e não uma estrutura mecânica. Rapazes e garotas podem lutar contra a instituição ou a força cultural, bem como aceitar sua estampa”.

No Brasil, desde a ascensão da extrema direita no poder em 2018, temos observado um esforço por parte de alguns homens (brancos heterossexuais), para a manutenção do padrão hegemônico da masculinidade, principalmente, na internet. Desde 2022, que um novo produto desse mundo moderno vem sendo historicamente construído, baseados em uma nova forma de gênero chamada de “masculinidade tradicional”, vinculado à “família tradicional” (Connell, 1995, p. 191). A construção dessa nova “masculinidade tradicional” é uma clara reação dos conservadores as mudanças sociais. O movimento Red Pill, é um desses movimentos que busca construir essa nova masculinidade, disseminando conteúdos que prometem uma reconfiguração dos “papeis masculinos”, visando a dominação dos homens sobre as mulheres.

O movimento Red Pill, é formado por uma rede informal de blogs, sites, fóruns e redes sociais que se propõe a pensar o universo masculino na contemporaneidade. Esse movimento é compreendido como um fenômeno subcultural não organizado, que faz parte da manosphere (ambiente masculinistas na internet). Atualmente o Movimento Red Pill é composto por quatro principais subculturas, sendo elas: os Ativistas dos direitos dos Homens (MRAs); os Artistas da Sedução (PUAs); os Homens Seguindo seu Próprio Caminho (MGTOW) e os Celibatários Involuntários (Incels).

O movimento Red Pill, se inspira na metáfora do filme *Matrix* (1999), onde “tomar a pílula vermelha” simboliza um despertar para uma suposta verdade sobre a opressão dos homens pelas mulheres, em especial, as feministas. No entanto, a metáfora é frequentemente usada para amplificar discursos misóginos e fortalecer dinâmicas de

opressão de homens sob mulheres e de outros homens que não se enquadram no padrão de masculinidade hegemônica.

Como mencionado, a ascensão da extrema direita, a falta de regulação das mídias e a pouca moderação dos conteúdos na internet, têm contribuído para a proliferação de perfis de masculinistas que se autodenominam “*coaches*” ou “*influencers*” da masculinidade. Esses perfis utilizam o ambiente virtual, ora para repensar o lugar da masculinidade hegemônica na contemporaneidade, ora para defender a manutenção desta masculinidade reforçando sistemas de opressão e dominação masculina.

Como mencionado, fica evidente que o “papel masculino” ou a masculinidade hegemônica, tal qual a conhecemos, está em crise desde 1970, quando o Movimento de Libertação dos Homens dá uma guinada em direção à direita política. Boa parte desses homens (brancos de meia-idade), buscam uma terapia da masculinidade, pois “[...] sentem que estão numa situação problemática com e que são injustamente acusados como culpados pelas feministas.” (Connell, 1995, p. 194). Mas não contestam os discursos misóginos que são promovidos por esses influencers da masculinidade. Já outros, seguem uma política antifeminista, buscando apenas manter os “dividendos patriarcais”.

O “dividendo patriarcal” mencionada por Connell, se refere à posição dominante dos homens na ordem do gênero. Essa dominação de homens sobre o gênero pode ser observada em países capitalistas ricos, quando a renda média dos homens é aproximadamente o dobro da renda média das mulheres. Quando o acesso político dos homens é dez vezes maior que o das mulheres. Quando homens têm um maior controle da riqueza empresarial ou quando controlam os meios de violência, na forma de armas e de forças armadas (Connell, 1995, p. 194). Embora nem todos os homens se beneficiem igualmente, o dividendo patriarcal estrutura um sistema no qual um grupo masculino, como um todo, detém vantagens sobre o feminino. No entanto, todas essas desigualdades de gênero, podem ser compreendidas como “dividendos patriarcais”.

Mead e a desconstrução da masculinidade como essência

Podemos afirmar que as descobertas antropológicas de Margaret Mead, publicadas no livro *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas*, demonstrou por meio do

trabalho de campo entre os povos Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, que os comportamentos associados ao “masculino” e ao “feminino”, variam profundamente de acordo com a cultura, e não com base na natureza biológica do homem. Em outras palavras, a antropóloga norte-americana evidenciou que, “as padronizadas diferenças de personalidade entre os sexos são desta ordem, criações culturais às quais cada geração masculina e feminina, é treinada a conformar-se” (Mead, 2000, p. 269). Portanto, o que entendemos como “masculinidade” não é dada, mas sim uma construção cultural situada e histórica.

Essa constatação, embora formulada em 1935, permanece central nos debates contemporâneos em relação a chamada “crise do masculino”. O movimento Red Pill, por meio dos masculinistas, têm promovido discursos para combater uma suposta fragilização da masculinidade ou a “perda de identidade do homem”. E para isso, partem da premissa que existe uma natureza masculina dada e imutável, baseada em força, racionalidade, agressividade e dominação. Portanto, esses traços estariam sendo ameaçado pelas transformações sociais, como os avanços feministas, a valorização da paternidade afetiva, ou ainda a ampliação do debate sobre identidades de gênero e sexualidade. No entanto, “considerar que certos traços como agressividade ou passividade estão ligados ao sexo não é possível a luz dos fatos” (Mead, 2000, p. 270).

Mead, ao mostrar que os papéis de gênero não são universais, desmonta a ideia de uma masculinidade hegemônica (tradicional), onde o homem “de verdade” é aquele que ocupa, de forma natural, o lugar de dominação ou autoridade. Suas constatações podem ser usadas como ferramentas no combate a discursos conservadores que buscam restaurar padrões rígidos de masculinidade sob o argumento de que eles seriam “naturais” ou “instintivos”. Ao revelar que em sociedades como a Tchambuli as mulheres detinham a autoridade econômica e organizacional enquanto os homens assumiam funções menos importantes e emocionais, Mead deixa evidente que os papéis atribuídos aos sexos não são dados por “instintos”, mas sim moldados por normas e valores que se reproduzem (ou se transformam) no interior de cada cultura.

Com Mead, apreendemos que outras formas de ser homem são possíveis (e já existem), portanto, a persistência de modelos de masculinidade dominante e hierárquica deve ser entendida como um problema cultural e político, e não como um algo que faz parte

da natureza humana. Na atualidade, outras formas de masculinidades baseadas em valores como empatia, afeto, cooperação e vulnerabilidade, podem ser usadas como propostas contra-hegemônicas ressignificando o papel dos homens.

Portanto, longe de representar uma “crise” em sentido negativo, o questionamento da masculinidade tradicional pode ser visto como uma oportunidade de transformação. Mead oferece, nesse sentido, uma contribuição atual e urgente para os estudos de gênero e para o debate público: a ideia de que mudar o que significa “ser homem” não é um risco à civilização, mas uma possibilidade de libertação, não apenas para as mulheres, mas também para os próprios homens, presos a expectativas que lhes foram impostas e que muitas vezes os oprimem.

Considerações finais

Como mencionado, Margareth Mead ao revelar que os papéis de gênero não são universais, mas construções sociais, contribuiu para que os estudos de gênero ganhassem corpo nos anos 60 e 70. A partir de suas descobertas, os Movimentos de Libertação das Mulheres, dos Gays e dos Homens, passaram a criticar as relações sociais baseadas nas diferenças de gênero. Desde então, a masculinidade, tal qual a conhecemos, está em “crise”. No entanto, esta crise não deve ser vista como algo negativo, mas uma excelente oportunidade para que homens possam ressignificar a masculinidade a partir de valores como afeto, empatia e vulnerabilidade.

Atualmente, diante das transformações sociais, surge na internet, o movimento Red Pill que busca manter a dominação de homens sobre as mulheres, além da manutenção dos dividendos patriarcais. Para isso, os masculinistas buscam reconstruir uma “masculinidade tradicional”, baseada em valores culturais rígidos. Nesse sentido, Mead oferece uma contribuição atual e urgente para os estudos de gênero e para o debate público: mudar a ideia do que significa “ser masculino”, não é um risco à civilização, mas uma possibilidade de libertação, não apenas para as mulheres, mas também para os próprios homens, presos a expectativas que lhes foram impostas e que muitas vezes os oprimem.

Portanto, cabe a antropologia, enquanto ciência, ampliar os estudos etnográficos em comunidades masculinistas, nos ambientes digitais brasileiros. Faz-se necessário

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

compreender e dar visibilidade as estruturas masculinistas que se formam na internet. Dar visibilidade a essas masculinidades, podem contribuir para a desconstrução da masculinidade hegemônica, promovendo a construção de novas masculinidades. Se os problemas de gênero são políticos e culturais, cabe as instituições propor políticas que promovam a democracia, o respeito a diversidade e uma educação voltada para a igualdade de gênero.

Referências Bibliográficas

ALVES, André e SAMAIN, Etienne. 2004. **Os argonautas do mangue precedido de Balinese character (re)visitado**. Campinas: Editora Unicamp-São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Disponível em: <
https://www.cchla.ufpb.br/etienne_samain_unicamp/wp-content/uploads/2020/02/2004_Balinese_character_revisitado.pdf> Acesso em: 10 de julho 2025.

CASTRO, Celso (org.). **Cultura e Personalidade**: Margaret Mead, Ruth Benedict, Edward Sapir. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo Cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CONNEL, R. W. **Políticas da masculinidade**. In: Educação e Realidade, vol. 2, n. 20; 1995. p. 185-206. Disponível em: <
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>> Acesso em: 10 de julho 2025.

CONNELL, Robert. W.; MESSERSCHMIDT, James. W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas, 21(1), 241–282, 2013. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>> Acesso em: 10 de julho 2025.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. **Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero**. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro-RJ, v. 30, n. 3, p. 409-425, dez. 2018. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000300002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 10 de julho 2025.

MEAD, Margaret. **Sex and temperament in three primitive societies**. New York, William Morrow and c. 1935 (Trad.) Bras. Rosa R. Krausz. São Paulo, Perspectiva, 2000

WACHOWSKI, L., & WACHOWSKI, L. **Matrix**. Warner Bros. 1999. Filme.